

JOÃO SÁRGUA
Analista de Research
no Banco de Investimento
Global

A evolução do liberalismo e a falência iminente da democracia

O advento do Liberalismo remonta ao século XVII. Quando os monarcas endevidados, especialmente em Inglaterra e França, exerciam o seu despotismo sobre a população frequentemente oprimida, o filósofo britânico John Locke, após a guerra civil inglesa, lançou os alicerces para aquilo que, anos mais tarde, viria a ser oficialmente conhecido como Liberalismo. Esta ideologia, da qual Locke se tornou pai, centrava-se nos direitos civis, incluindo o direito à liberdade, nas suas várias formas, nomeadamente religiosa e de expressão, o direito à propriedade privada, o comércio livre, entre outros. Já no século XVIII, o filósofo francês Montesquieu, um dos maiores precursores do movimento intelectual iluminista, deu ao Liberalismo para uma dimensão política, criando a base para a democracia, através da separação de poderes – executivo, legislativo e judicial – que outrora estavam incontestavelmente concentrados num governante supremo. Adam Smith, economista e filósofo escocês, através da sua obra "A Riqueza das Nações", conferiu ao Liberalismo uma vertente económica, afirmando que os mercados eram guiados por uma mão invisível, justificando-se, por conseguinte, que a intervenção do Estado fosse mínima ou mesmo nula: "laissez-faire". Com efeito, a relação de complementaridade entre o âmbito político e a oferta económica resultou no nascimento do Liberalismo Clássico.

Avançando dos primórdios da História Contemporânea para os tempos que nos são mais familiares, no século XX, o Liberalismo defrontou-se de forma maioritariamente vitoriosa – as mais violentas ideologias políticas e socioeconómicas dos últimos 100 anos: o imperialismo, na Primeira Guerra Mundial; o Fascismo, na Segunda Guerra Mundial; e o Comunismo, durante a Guerra Fria. Durante este período, o Liberalismo Clássico ramificou-se em duas correntes, por vezes concomitantes e muitas vezes confundidas: o Liberalismo Social (ou Liberalismo Moderno) e o Neoliberalismo. No primeiro, a liberdade de mercado prevalece, porém existe uma consciência de que o capitalismo sem restrições pode exacerbam os efeitos adversos do mercado livre, como a iniquidade, a pobreza, a ignorância e a discriminação. Assim sendo, os Liberais Sociais defendem uma economia regulada de mercado livre, em que a intervenção estatal existe para correção de desequilíbrios e servir de garantia em áreas-chave, designadamente a saúde, a educação e a desigualdade/pobreza. Esta corrente conserva e amplia a dimensão social da ideologia sobre a qual foi fundada, procurando uma expansão dos direitos civis e políticos de todos os cidadãos. Nos anos 70, o crescente

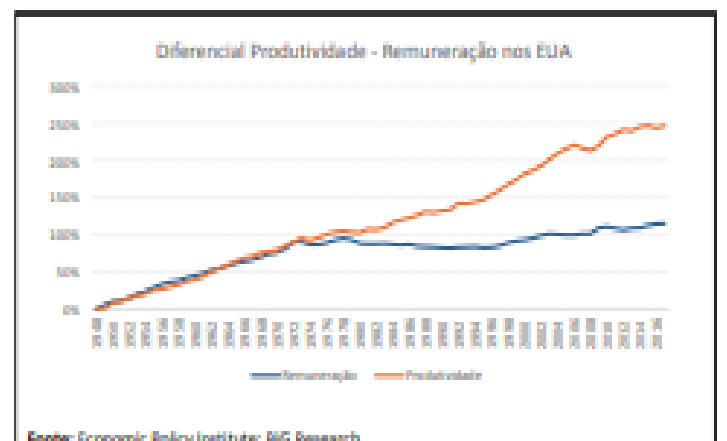
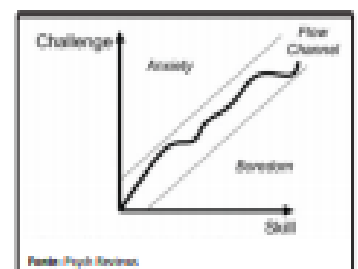
endevidamento público, cimentado nas políticas expansionistas com perdo liberal social do economista britânico John Maynard Keynes, e a estagnação económica – caracterizada por um prolongado período de baixo crescimento, diminuição da produtividade e aumento do desemprego – fizeram emergir teorias quase exclusivamente económicas, da autoria dos economistas austríaco Friedrich Hayek e norte-americano Milton Friedman. No início da década de 80, os partidos mais conservadores do espectro político aderiram fervorosamente a estas teorias, como forma de relançar a economia. Na sua aplicação – "le nouveau laissez-faire" –, as ideias mais radicais do Liberalismo Clássico e o capitalismo fundamentalmente desregulado foram retomados. Foi dada ênfase ao mercado livre, como fonte mais eficiente de alocação de recursos e a intervenção do estado foi minimizada. O crescimento económico sustentado era acreditado como motor do progresso humano e a liberdade de comércio e de capital eram princípios máximos. Numa perspetiva estritamente económica, o neoliberalismo alcançou quase três décadas de elevado sucesso, concretizado num período de verdadeiro crescimento e geração de riqueza. No entanto, a crise financeira global de 2008 e a subsequente crise de dívida soberana no continente europeu, levaram ao ressurgimento de novas formas de Liberalismo Social, forçando uma coexistência – regularmente conflituante – destas duas derivadas do Liberalismo Clássico, com presumível domínio neoliberal.

No novo milénio, com especial destaque para a última década, a sociedade assistiu a uma acelerada evolução. A Revolução Digital (Terceira Revolução Industrial) criou condições para o novo período de transformação que presentemente atravessamos, conhecido como Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0. A mesma caracteriza-se pela incurso de tecnologia avançada em praticamente todas as vertentes da vida humana, profissional e pessoal, e pelos consequentes avanços na comunicação e conectividade – evidenciando, de forma revigorada, as consequências nefastas do capitalismo desenfreado. Tendo perceção das insuficiências sociais causadas pelo regime vigente, os movimentos populistas – liderados por indivíduos com argumentos predominantemente demagógicos, através dos quais tentam persuadir a população menos informada e mais vulnerável aos efeitos prejudiciais da Quarta Revolução Industrial – proliferaram no mundo ocidental, por conjectura, desenvolvido. A maior desigualdade neste bloco económico, o esbatimento da classe média, em virtude de elevada austeridade aplicada para tentar reestruturar a economia

após as últimas crises económico-financeiras, a carência de valores éticos e sua gradual suplantação por valores económicos e de maior superficialidade, a crescente ignorância, e o surgimento da desinformação avançada pelas redes sociais (não por coincidência, meio predileto dos líderes populistas e, salvo raras exceções, existente com muito mais estritamente económica e pouco ou nada social) têm sido, na década iniciada em 2010, contados com máximos históricos no diferencial de crescimento acumulado entre produtividade e remuneração, em paralelo com uma glosante ameaça de obsolescência de inúmeros postos de trabalho. Estes desequilíbrios, certamente não negligenciáveis, retiram a população do seu estado psicológico de "flow" (noção de Mihály Csikszentmihalyi), criando uma relação disfuncional entre as suas capacidades e os desafios que lhes são apresentados, causadora de efeitos igualmente negativos de ansiedade ou aborrecimento. Quando reiterados, estes sentimentos conduzem a uma perda de propósito e a uma vontade de destruição do estabelecido, numa aura de Nihilismo, fortalecida pelo populismo de aparentes líderes, que consistentemente minam instituições que representam a génese da democracia e garantem o Estado de Direito.

Efritivamente, o populismo/nihilismo político declarado atingiu um apogeu evidente em 2016, com o voto para "Brexit" no Reino Unido e a eleição de Donald Trump como presidente dos EUA, tendo sido, meses mais tarde, contido, em França, com a derrota de Marine Le Pen nas eleições presidenciais francesas, antes de, em 2017, ser silenciosamente reforçado na Alemanha, quando o Alternative für Deutschland (AfD) se assumiu como principal força partidária de oposição no parlamento alemão. As ideias populistas depressa se propagaram ao bloco emergente, onde novos líderes autoritários têm florescido. Recep Tayyip Erdogan, Rodrigo Duterte e Jair Bolsonaro posicionaram-se como

três exemplos relativamente recentes do populismo heterogéneo que vigora nesse espaço. perante o conhecimento dos motivos para o aparecimento do populismo e a forma como o mesmo configura um prenúncio do fim da democracia liberal, interessa apurar os seus principais benefícios e tentar prever quanto tempo poderá durar esta era política de indolência. Segundo uma óptica económica, as medidas populistas poderão fomentar, com alguns sucessos, crescimento a curto prazo, todavia, dada a insustentabilidade financeira das suas medidas, é provável que, a médio/longo prazo, comprometam seriamente as nações onde são aplicadas. Dado prima social, as graças não são tão claras e podem variar substancialmente de país para país, em virtude das políticas mais ou menos equitativas implementadas pelo respectivo dirigente autoritário. Contudo, parece certo que dificilmente poderá haver consistentes e prolongadas melhorias sociais na ausência de um período de saudável crescimento económico – condição necessária, mas nem sempre suficiente. Este importante factor de sucesso, associado a algum optimismo em relação a uma futura consciencialização humana e à crença no poder da progressiva diversidade como assento natural da democracia, leva-nos a crer que este regime deverá ser mais curto que os seus antecessores. No entanto, a ausência de eclosão de um fenómeno globalmente reconhecido como resultante do populismo e indiscutivelmente contraproducente a nível mundial poderá fazer tardar o seu fim.



Fonte: Economic Policy Institute; MG Research